

AGOSTO 2026



INFOQUADROS

O Tempo Reclamado: Como a Luta Operária Conquistou o Direito a Férias Pagas



SINDICATO DOS TÉCNICOS DO ESTADO E ENTIDADES COM FINS PÚBLICOS

A VITÓRIA DO DESCANSO E DA DIGNIDADE DO TRABALHADOR

1 Introdução: o conceito de tempo e a mercadorização da força de trabalho

A percepção do tempo livre como um direito inalienável do cidadão comum é uma construção sociopolítica recente. Durante milénios, o descanso esteve estritamente associado a dois vetores: o calendário litúrgico-religioso (festividades e o repouso dominical) e o estatuto de classe (o ócio como privilégio exclusivo da aristocracia e, mais tarde, da alta burguesia).

Com o advento do capitalismo industrial no século XIX, o tempo humano sofreu um processo radical de autonomização e mercantilização. O corpo do trabalhador passou a ser quantificado em horas de produção contínua. Nesta primeira fase, a introdução das máquinas a vapor e da iluminação artificial nas fábricas permitiu estender as jornadas laborais para lá dos limites naturais do dia, criando regimes de exploração desprovidos de qualquer janela para o lazer. A reconfiguração deste paradigma não resultou de uma evolução orgânica ou da benevolência económica das elites patronais; foi o subproduto de fraturas geopolíticas, de sublevações operárias organizadas e de uma profunda metamorfose na própria ciência médica e jurídica global.

2 A SINDICALIZAÇÃO DO DESCANSO E OS ANTECEDENTES GLOBAIS

2.1 A Luta Teórica e Física pelas 8 Horas

Antes da formulação do conceito de repouso anual remunerado, os movimentos sindicais canalizaram os seus esforços para a contenção da exaustão diária. A partir de meados do século XIX, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) colocou no centro do debate a reivindicação das "Três Oito": 8 horas de trabalho, 8 horas de recreação e 8 horas de sono. O argumento operário assentava na premissa de que o trabalhador vendia a sua força produtiva, não a sua integridade física ou a sua existência existencial.

2.2 Os "Wakes Weeks" e os Fechos de Fábrica sem Vencimento

No norte de Inglaterra, durante a segunda metade do século XIX, surgiu o fenómeno das Wakes Weeks. Tratava-se de períodos de uma semana, geralmente no verão, em que os proprietários das indústrias têxteis paralisavam as caldeiras para manutenção mecânica essencial. Embora os operários fossem dispensados em massa, estas interrupções não eram pagas.

Para as famílias operárias, este "lazer forçado" traduzia-se frequentemente em fome e endividamento. O descontentamento gerado por este modelo levou os sindicatos britânicos a alterar a sua estratégia:

o foco já não era apenas obter o direito a parar, mais sim garantir a estabilidade financeira durante a paragem. O marco inicial da intervenção estatal britânica deu-se com o Bank Holiday Act de 1871, desenhado por Sir John Lubbock, que instituiu os primeiros feriados oficiais para o setor bancário e comercial, sinalizando que o Estado podia — e devia — regular o ritmo do comércio nacional.

2.3 O Impacto Geopolítico de 1917 e o Nascimento da OIT

O verdadeiro acelerador das reformas laborais ocidentais foi o fator geopolítico. Em outubro de 1917, a Revolução Russa instituiu um novo ordenamento jurídico soviético que decretou, de forma inédita e abrangente, o direito a duas semanas de férias pagas anuais para toda a classe operária.

Para as democracias liberais e os impérios industriais europeus, esta medida constituiu um sinal de alarme. O receio de que a ausência de direitos sociais básicos empurrasse as massas operárias ocidentais para a insurreição bolchevique forçou uma vaga de cedências. É neste contexto de pacificação social que nasce, em 1919, através do Tratado de Versalhes, a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Conforme consta na Convenção n.º 52 sobre as Férias Pagas (1936) da própria OIT, a premissa fundacional da organização era explícita: a paz universal e duradoura só poderia ser alcançada se fosse baseada na justiça social.

3. O PONTO DE INFLEXÃO DE 1936 — FRANÇA E A CONVENÇÃO N.º 52

3.1 A "Greve da Alegria" da Frente Popular

O ano de 1936 representa o clímax da conquista do tempo livre no Ocidente. Em maio desse ano, a coligação de esquerda francesa, denominada Frente Popular e liderada pelo socialista Léon Blum, venceu as eleições legislativas. Antecipando a resistência da direita industrial, a classe trabalhadora francesa desencadeou uma vaga massiva de greves espontâneas que paralisou o país. Cerca de dois milhões de operários ocuparam as fábricas de forma pacífica, transformando os espaços de produção em locais de sociabilidade.

3.2 Os Acordos de Matignon e a Voz de Léon Blum

Pressionados pela paralisia económica total, os representantes patronais e os sindicatos assinaram os Acordos de Matignon a 7 de junho de 1936. Poucos dias depois, a 20 de junho de 1936, era promulgada a lei histórica que instituía 15 dias de férias pagas anuais e a semana de trabalho de 40 horas. Conforme compilado na obra *L'Œuvre de Léon Blum (1934-1937)*, o próprio governante sublinhou a dimensão humanista da medida no Parlamento:

"Esta lei não é apenas uma vitória económica sobre o custo de produção; é uma vitória moral sobre a dignidade do espírito humano. Disseram-nos que as fábricas colapsariam se os operários descansassem. O que vimos, pelo contrário, foi a reabilitação do orgulho de quem trabalha. Pela primeira vez, o trabalhador não é um mero anexo da máquina; ele é um cidadão que recupera o direito de ver o sol, de caminhar com os seus filhos e de repousar o seu corpo sem a angústia imediata da fome."

4. PORTUGAL E O MITO DO ESTADO NOVO (1933–1974)

4.1. O Estatuto do Trabalho Nacional e a Retórica Corporativista

Em Portugal, a abordagem ao direito do trabalho seguiu uma matriz ideológica radicalmente diferente, assente no corporativismo católico e autoritário de António de Oliveira Salazar. O Estatuto do Trabalho Nacional (Decreto-Lei n.º 23 048, de 23 de setembro de 1933) rejeitava explicitamente a luta de classes e afirmava que o direito ao descanso devia ser harmonizado com os interesses superiores da produção nacional.

4.2. O Pensamento de Salazar e a Lei n.º 1952 de 1937

Para responder à pressão das instâncias internacionais, o regime do Estado Novo promulgou a Lei n.º 1952, de 10 de março de 1937 (Bases do Contrato de Trabalho). No pensamento ideológico que guiou a preparação do modelo corporativo nacional, as diretrizes oficiais do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) deixavam clara a filosofia salazarista:

"O descanso não é um direito absoluto de desvinculação ao esforço produtivo, mas sim uma concessão necessária para a reposição das energias físicas que servem à riqueza da Nação. O Estado Corporativo não reconhece o direito ao ócio desregrado, que corrompe os costumes e desorganiza a produção."

Como detalhado na investigação jurídica de Margarida Seixas, em "História do Direito do Trabalho em Portugal", e corroborado pelo clássico de Pedro Soares Martines, "História do Direito do Trabalho", esta lei de 1937 introduziu formalmente a palavra "férias", mas o seu articulado estava desenhado para limitar a sua aplicação prática:

- **Férias como Prémio de Conduta:** O Artigo 4.º definia as férias como uma recompensa ou prémio pelo "bom e efetivo serviço", dando à entidade patronal o poder discricionário de anular o descanso.
- **Filtros por Dimensão Empresarial:** O benefício não era extensivo a empregados de empresas com menos de 6 empregados permanentes, ou a assalariados com menos de 20 operários.
- **A Barreira Temporal:** Para usufruir de uns escassos 8 dias de férias, o trabalhador era obrigado a demonstrar uma antiguidade mínima de 5 anos de serviço ininterrupto na mesma empresa.

Como aponta o historiador Fernando Rosas, na sua obra *O Estado Novo (1926-1974)*, estes critérios numéricos excluía automaticamente a esmagadora maioria da população ativa portuguesa, que trabalhava numa economia predominantemente agrícola ou em pequenas oficinas familiares.

4.3. A FNAT e o Lazer sob Tutela Ideológica

Para enquadrar o escasso tempo livre das franjas operárias que conseguiam acesso ao descanso, o regime fundou, em 1935, a FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho). Como demonstra o estudo definitivo de Irene Flunser Pimentel, *A Alegria no Trabalho: A FNAT e o Lazer dos Trabalhadores no Estado Novo*, o objetivo primordial era o controlo ideológico do tempo livre, promovendo atividades culturais vigiadas pela censura para evitar a infiltração de ideias subversivas. Na prática, as raras pausas laborais eram usadas para regressar às aldeias de origem para ajudar nas colheitas agrícolas de subsistência.

5. A REVOLUÇÃO DE ABRIL E A DEMOCRATIZAÇÃO DO DESCANSO (1974-1976)

5.1. O Desmantelamento do Modelo Corporativo e a Invenção do Subsídio

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 destruiu os alicerces do direito laboral do Estado Novo. O Decreto-Lei n.º 498-E/74, de 30 de setembro constituiu um marco fundamental na vertente remuneratória, instituindo e estabilizando o direito ao Subsídio de Férias generalizado (o chamado 14.º mês). Até 1974, o pagamento de um valor extra durante as férias era uma regalia restrita a altos quadros. A nova legislação democrática tornou o subsídio obrigatório para todos os assalariados portugueses, garantindo eficácia económica real ao direito de descansar.

5.2. O Impacto nas Grandes Indústrias Pesadas: Os Casos da Lisnave e da Covilhã

A aplicação das férias remuneradas e do subsídio de férias no pós-25 de Abril teve um impacto imediato e revolucionário nos grandes centros de concentração operária do país:

A) A Lisnave e os Estaleiros da Margem Sul

Na Lisnave (Estaleiros Navais de Cacilhas e Margueira), que concentrava milhares de operários metalomecânicos num ambiente de trabalho violento, as férias pagas automáticas e o respetivo subsídio funcionaram como um catalisador de emancipação. Após a Revolução, a Comissão de Trabalhadores da Lisnave impôs o cumprimento rigoroso dos planos de férias rotativos sem perda de salário. Pela primeira vez, os operários da margem sul do Tejo podiam parar durante semanas inteiras no verão. O subsídio de férias introduziu um poder de compra inédito nas vilas operárias de Almada e Barreiro



LISNAVE: Estaleiro da Margueira

Fonte: <https://www.cm-almada.pt>

B) .A Covilhã e a Indústria Têxtil do Interior

Na Covilhã, o "Manchester português", o panorama das fábricas de lanifícios era historicamente marcado por uma exploração severa. No Estado Novo, a alta rotatividade da mão de obra têxtil (com despedimentos frequentes) impedia a esmagadora maioria dos operários da Beira Baixa de aceder a férias. Com a democratização laboral, as tecedeiras e os fiandeiros da Covilhã conquistaram o direito ao descanso anual obrigatório protegido. As fábricas têxteis passaram a coordenar fechos sazonais organizados no mês de agosto, permitindo ao operariado serrano deslocar-se às praias do litoral centro ou do norte, quebrando o isolamento geográfico e cultural.



Covilhã: Interior de uma fábrica de fição

Fonte: <https://www.cm-covilha.pt>

5.3. O Decreto-Lei n.º 874/76: A Consagração Jurídica Definitiva

A estabilização definitiva do regime de férias, feriados e faltas na democracia portuguesa ocorreu com a publicação do histórico Decreto-Lei n.º 874/76, de 28 de dezembro. Este diploma legal fixou as três grandes regras que ainda hoje moldam o mercado de trabalho: universalidade absoluta do direito (incluindo o trabalho agrícola e doméstico), desconexão total de critérios punitivos de assiduidade e a proibição absoluta de renúncia (o trabalhador não pode vender as suas férias).

6. O IMPACTO ECONÓMICO E SOCIOLÓGICO NA SOCIEDADE PORTUGUESA

6.1. A Redefinição do Território e o Acesso ao Algarve

A democratização das férias provocou uma alteração estrutural na geografia humana e económica de Portugal. Conforme indicam os dados estatísticos reunidos por António Barreto (Org.) na obra de referência *A Situação Social em Portugal (1960-1999)*, a massificação dos dias de descanso pagos e a injeção financeira do subsídio de férias permitiram à classe operária urbana ter capacidade financeira para fazer veraneio no sul. Este fluxo interno transformou o turismo num motor estrutural do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. A antiga FNAT foi convertida na INATEL, focando-se no turismo social e em colónias de férias acessíveis.

6.2. O Significado Sociológico: O Direito a "Deixar de Contar o Tempo"

Do ponto de vista sociológico, as férias pagas representaram a conquista do direito de, por alguns dias no ano, "deixar de contar o tempo" em função do ganho material imediato. Conforme sublinhado nas lições sobre o repouso na obra "Tratado de Direito do Trabalho", de Maria do Rosário Palma Ramalho, o descanso anual obrigatório é indissociável da proteção da dignidade humana, oferecendo ao cidadão comum o acesso ao ócio criativo, ao convívio familiar expandido e à viagem — experiências que, durante séculos, serviram para traçar a fronteira visível entre as elites e a classe executante.

7. CONCLUSÃO: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO SÉCULO XXI

A evolução histórica do direito a férias demonstra que o tempo de descanso não é uma concessão estática do mercado. Na atualidade, o direito a férias remuneradas enfrenta novas mutações socioeconómicas devido ao teletrabalho e à economia das plataformas digitais (gig economy). A preservação dos 22 dias úteis mínimos consagrados no atual Código do Trabalho português (Artigos 237.º, 238.º e 264.º) e o debate europeu em torno do "direito ao desligamento" demonstram que a disputa política pela soberania do tempo humano continua em aberto [Código do Trabalho português].

8. BIBLIOGRAFIA

BARRETO, António (Org.) — A Situação Social em Portugal (1960-1999), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS) (Dados estatísticos indispensáveis sobre a evolução das condições de vida, salários e o nascimento do turismo de massas em Portugal).

BLUM, Léon — L'Œuvre de Léon Blum (1934-1937), Albin Michel, Paris (Recompilação dos discursos e debates parlamentares franceses que culminaram na lei de junho de 1936).

CORBIN, Alain — L'Avènement des loisirs: 1850-1960 (O Advento do Lazer), Aubier, Paris (A obra de referência europeia sobre a transição sociológica do tempo da fábrica para o tempo livre).

Decreto-Lei n.º 23 048, de 23 de setembro de 1933 — Estatuto do Trabalho Nacional. Diário do Governo, I Série.

Decreto-Lei n.º 498-E/74, de 30 de setembro — Instituição do Subsídio de Férias. Diário do Governo, I Série. **Decreto-Lei n.º 874/76**, de 28 de dezembro — Regime Jurídico de Férias, Feriados e Faltas. Diário da República, I Série.

Lei n.º 1952, de 10 de março de 1937 — Bases do Contrato de Trabalho. Diário do Governo, I Série.

Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (e alterações subsequentes) — Código do Trabalho (Artigos 237.º, 238.º e 264.º). Diário da República, I Série [Código do Trabalho português].

MARTINES, Pedro Soares — História do Direito do Trabalho, Almedina, Coimbra (Um clássico da academia portuguesa sobre a evolução das normas corporativas e democráticas).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) — Convenção n.º 52 sobre as Férias Pagas, Genebra, 1936 (O primeiro tratado internacional de regulamentação do direito).

PIMENTEL, Irene Flunser — A Alegria no Trabalho: A FNAT e o Lazer dos Trabalhadores no Estado Novo, Análise Social (O estudo definitivo sobre como o regime salazarista utilizou o tempo livre dos operários de forma ideológica).

RAMALHO, Maria do Rosário Palma — Tratado de Direito do Trabalho (Parte I - Dogmática Geral), Almedina, Coimbra (Contém a contextualização histórica e os princípios constitucionais do direito ao repouso e lazer).

ROSAS, Fernando — O State Novo (1926-1974), Editorial Estampa, Lisboa (Excelente para compreender o enquadramento político do Estatuto do Trabalho Nacional de 1933 e os mecanismos de controlo social).

SEIXAS, Margarida — História do Direito do Trabalho em Portugal (Vol. I: Um Direito em Construção & Vol. II: Um Direito em Afirmação), AAFDL Editora, 2021-2025 (Obra fundamental que analisa a transição da lógica civilista do século XIX para a proteção do operariado).



Dia 1 (1867) — A pena de morte para crimes civis foi formalmente abolida em Portugal, tornando o país um dos pioneiros mundiais nesta medida humanitária.

Dia 2 (1937) – A pioneira da aviação Amelia Earhart e o seu navegador Fred Noonan desapareceram misteriosamente sobre o Oceano Pacífico enquanto tentavam realizar um voo ao redor do mundo.

Dia 3 (1940) – A Marinha Real Britânica bombardeou a frota francesa em Mers-el-Kébir, na Argélia, para evitar que os navios caíssem em mãos alemãs durante a Segunda Guerra Mundial.

Dia 4 (1776) – O Congresso Continental adotou formalmente a Declaração de Independência dos Estados Unidos, rompendo os laços coloniais com a Grã-Bretanha

Dia 5 (1946) – O biquíni foi apresentado e desfilado pela primeira vez num evento de moda em Paris, revolucionando a indústria do vestuário e a cultura de praia.

Dia 6 (1885) – Louis Pasteur testou com sucesso a primeira vacina contra a raiva em Joseph Meister, um jovem que tinha sido mordido por um cão infetado.

Dia 7 (2007) – Foram reveladas em Lisboa as Novas Sete Maravilhas do Mundo Moderno, após uma votação global que incluiu monumentos como o Coliseu de Roma e o Cristo Redentor.

Dia 8 (1497) – Vasco da Gama partiu de Belém, em Lisboa, liderando a armada que viria a descobrir o caminho marítimo para a Índia.

Dia 9 (1932) – Iniciou-se a Revolução Constitucionalista no Brasil, um levantamento armado do estado de São Paulo contra o governo provisório de Getúlio Vargas.

Dia 10 (1985) – O navio *Rainbow Warrior*, da organização ambientalista Greenpeace, foi bombardeado e afundado por agentes dos serviços secretos franceses no porto de Auckland, Nova Zelândia.

Dia 11 (1995) – Começou o Massacre de Srebrenica durante a Guerra da Bósnia, resultando no assassinato sistemático de mais de 8 mil homens e rapazes muçulmanos.

Dia 12 (1962) – A icónica banda britânica The Rolling Stones realizou o seu primeiro concerto ao vivo no Marquee Club, em Londres.

Dia 13 (1985) – Ocorreu o festival histórico *Live Aid*, concertos simultâneos em Londres e Filadélfia que angariaram fundos contra a fome na Etiópia e consagraram o Dia Mundial do Rock.

Dia 14 (1789) – Populares franceses tomaram de assalto a Prisão da Bastilha em Paris, o evento central e simbólico que marcou o início da Revolução Francesa.

Dia 15 (1954) – O protótipo do Boeing 707 realizou o seu primeiro voo, inaugurando a era dos aviões comerciais a jato de passageiros.

Dia 16 (1945) – Os Estados Unidos realizaram a "Experiência Trinity", o primeiro teste bem-sucedido de uma arma nuclear da história, no deserto do Novo México.

Dia 17 (1918) – O Czar Nicolau II e a sua família biológica foram executados por fuzilamento pelos revolucionários bolcheviques em Ecatemburgo.

Dia 18 (1918) – Nasceu Nelson Mandela, líder anti-apartheid, Prémio Nobel da Paz e o primeiro presidente negro da África do Sul.

Dia 19 (1900) – Foi inaugurada a primeira linha do Metropolitano de Paris, construída para servir os visitantes da Exposição Universal daquele ano.

Dia 20 (1969) – Neil Armstrong tornou-se o primeiro ser humano a caminhar na Lua durante a missão espacial Apollo 11.

Dia 21 (1954) – Foi assinada a Conferência de Genebra, dividindo formalmente o Vietname em dois estados (Norte e Sul) e pondo fim à Primeira Guerra da Indochina.

Dia 22 (1944) – Terminou a Conferência de Bretton Woods, estabelecendo o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial para regular a economia global do pós-guerra.

Dia 23 (1983) – Aconteceu o linchamento de tamiles por extremistas cingaleses no Sri Lanka dá início ao "Julho Negro", desencadeando uma guerra civil que duraria 26 anos.

Dia 24 (1911) – O explorador norte-americano Hiram Bingham redescobriu as ruínas da cidade inca de Machu Picchu nas montanhas dos Andes, no Peru.

Dia 25 (1978) – Nasceu Louise Brown no Reino Unido, a primeira pessoa do mundo gerada através da técnica de fertilização *in vitro* (FIV).

Dia 26 (1952) – Morreu Eva Perón ("Evita"), a carismática e influente primeira-dama da Argentina, provocando uma onda de luto nacional sem precedentes.

Dia 27 (1953) – Foi assinado o Armistício de Panmunjom, que cessou as hostilidades e estabeleceu uma zona desmilitarizada, suspendendo a Guerra da Coreia. Como foi apenas um armistício (uma trégua militar) e não um tratado de paz formal, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul continuam, tecnicamente, em estado de guerra até hoje.

Dia 28 (1976) – O Grande Sismo de Tangshan atingiu a China, provocando uma das catástrofes naturais mais mortíferas do século XX, com mais de 240 mil vítimas registadas.

Dia 29 (1981) – O Príncipe Carlos casou-se com Lady Diana Spencer na Catedral de São Paulo, em Londres, num casamento assistido por centenas de milhões de telespectadores.

Dia 30 (1966) – A seleção de futebol da Inglaterra venceu a Alemanha Ocidental na final em Wembley, conquistando o seu primeiro e único Campeonato do Mundo.

Dia 31 (1991) – Os presidentes George H. W. Bush e Mikhail Gorbachev assinaram o tratado START I, reduzindo drasticamente os arsenais nucleares estratégicos das duas superpotências.



Dia 1 (1914) – A Alemanha declarou guerra à Rússia, acelerando a escalada militar que deu início aos combates terrestres da Primeira Guerra Mundial.

Dia 2 (1934) – Adolf Hitler assumiu o título de *Führer* e chanceler da Alemanha após a morte do presidente Paul von Hindenburg, consolidando o regime nazi.

Dia 3 (1492) – O navegador Cristóvão Colombo partiu de Palos de la Frontera, em Espanha, na viagem que culminará com a chegada europeia às Américas.

Dia 4 (1578) – Ocorreu a Batalha de Alcácer-Quibir em Marrocos, resultando no desaparecimento do Rei D. Sebastião e desencadeando a crise dinástica que levou ao domínio filipino em Portugal.

Dia 5 (1962) – A icónica atriz norte-americana Marilyn Monroe foi encontrada morta na sua casa em Los Angeles, tornando-se um dos momentos mais marcantes da cultura pop ocidental.

Dia 6 (1945) – Os Estados Unidos lançaram a primeira bomba atómica da história sobre a cidade de Hiroxima, no Japão, matando instantaneamente dezenas de milhares de pessoas.

Dia 7 (1947) – A expedição *Kon-Tiki*, liderada pelo explorador norueguês Thor Heyerdahl, chegou ao Arquipélago de Tuamotu após cruzar o Oceano Pacífico numa balsa de madeira.

Dia 8 (1974) – O presidente norte-americano Richard Nixon anunciou em direto na televisão a sua renúncia ao cargo, devido ao agravamento do escândalo de Watergate.

Dia 9 (1945) – Os Estados Unidos lançaram a segunda bomba atómica, desta vez sobre a cidade japonesa de Nagasáqui, precipitando a rendição incondicional do país na Segunda Guerra Mundial.

Dia 10 (1519) – A frota liderada pelo navegador português Fernão de Magalhães partiu de Sevilha para iniciar aquela que viria a ser a primeira viagem de circum-navegação do planeta.

Dia 11 (1973) – O DJ Kool Herc introduziu a técnica do *breakbeat* numa festa de bairro em Nova Iorque, um momento considerado o nascimento oficial da cultura Hip-Hop.

Dia 12 (1981) – A IBM lançou o *IBM PC* (modelo 5150), o computador pessoal que popularizou a informática e estabeleceu os padrões da tecnologia moderna de consumo.

Dia 13 (1961) – As autoridades da Alemanha Oriental começaram a erguer o Muro de Berlim, dividindo fisicamente a cidade e tornando-se o símbolo máximo da Guerra Fria.

Dia 14 (1945) – O Japão aceitou os termos da rendição incondicional, assinalando o fim efetivo de todos os combates da Segunda Guerra Mundial.

Dia 15 (1969) – Começou o Festival de Woodstock em Nova Iorque, reunindo mais de 400 mil pessoas e tornando-se o marco definitivo da contracultura e da era *hippie*.

Dia 16 (1977) – Morreu Elvis Presley, o "Rei do Rock", na sua mansão de Graceland, gerando uma onda global de choque e luto entre milhões de fãs.

Dia 17 (1959) – O músico norte-americano Miles Davis lançou o álbum *Kind of Blue*, que viria a tornar-se o disco de jazz mais vendido e influente da história da música.

Dia 18 (1920) – Foi ratificada a 19.ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos, garantindo formalmente o direito de voto às mulheres em todo o país.

Dia 19 (1991) – Um grupo de membros conservadores do Partido Comunista tentou um golpe de Estado na União Soviética contra o presidente Mikhail Gorbachev, acelerando o colapso do bloco soviético.

Dia 20 (1977) – A NASA lançou a sonda espacial Voyager 2, destinada a estudar os planetas gigantes do Sistema Solar exterior e que hoje navega no espaço interestelar.

Dia 21 (1911) – O quadro da *Mona Lisa*, de Leonardo da Vinci, foi roubado do Museu do Louvre, em Paris, gerando um escândalo mediático internacional que aumentou a fama mundial da obra.

Dia 22 (1922) – O líder revolucionário irlandês Michael Collins foi assassinado numa emboscada durante a Guerra Civil Irlandesa.

Dia 23 (1939) – A Alemanha Nazi e a União Soviética assinaram o Pacto Molotov-Ribbentrop, um tratado de não-agressão que incluía uma cláusula secreta para a divisão da Polónia.

Dia 24 (79) – O Monte Vesúvio entrou em erupção, destruindo as cidades romanas de Pompeia e Herculano e soterrando-as sob metros de cinza e pedra-pomes.

Dia 25 (1988) – Um violento incêndio destruiu grande parte do bairro histórico do Chiado, em Lisboa, no pior desastre urbano da cidade desde o terramoto de 1755.

Dia 26 (1789) – A Assembleia Nacional Constituinte francesa aprovou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, um dos documentos fundamentais da Revolução Francesa.

Dia 27 (1883) – A erupção catastrófica do vulcão Krakatoa, na Indonésia, atingiu o seu pico com explosões ouvidas a milhares de quilómetros e gera tsunamis que mataram mais de 36 mil pessoas.

Dia 28 (1963) – Martin Luther King Jr. proferiu o seu famoso discurso "I Have a Dream" (Eu Tenho um Sonho) em Washington, tornando-se o momento culminante do movimento pelos direitos civis.

Dia 29 (1997) – Foi fundada a Netflix na Califórnia, inicialmente como um serviço de aluguer de DVD por correio, antes de revolucionar o mercado de *streaming* de vídeo.

Dia 30 (1999) – A população de Timor-Leste votou massivamente a favor da independência num referendo organizado pelas Nações Unidas, pondo fim a 24 anos de ocupação indonésia.

Dia 31 (1997) – Diana, Princesa de Gales, morreu num trágico acidente de viação no túnel da Ponte de l'Alma, em Paris, juntamente com o seu companheiro Dodi Al-Fayed.



LEGISLAÇÃO julho 2026

Portaria n.º 286/2026/1 de 03 de julho

Estabelece a estrutura nuclear da Direção-Geral da Solidariedade e Segurança Social.

Emitente: Presidência do Conselho de Ministros, Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Emitente: Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Resolução da Assembleia da República n.º 186/2026 de 07 de julho

Recomenda ao Governo a integração de trabalhadores da Administração Pública contratados no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência.

Emitente: Assembleia da República

Decreto-Lei n.º 135/2026 de 09 de julho

Procede à criação da Universidade de Leiria e Oeste.

Emitente: Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2026 de 10 de julho

Designa os membros do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E. P. E.

Emitente: Presidência do Conselho de Ministros

Resolução da Assembleia da República n.º 190/2026 de 13 de julho

Recomenda ao Governo medidas que combatam a desigualdade salarial e discriminação entre homens e mulheres.

Emitente: Assembleia da República

Resolução da Assembleia da República n.º 191/2026 13 de julho

Recomenda ao Governo a promoção da igualdade entre mulheres e homens no trabalho.

Emitente: Assembleia da República

Resolução da Assembleia da República n.º 193/2026 13 de julho

Eleição do Provedor de Justiça.

Emitente: Assembleia da República

Portaria n.º 295/2026/1 13 de julho

Adapta o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho à carreira diplomática, no que se refere aos subsistemas SIADAP 2 e 3.

Emitente: Negócios Estrangeiros e Finanças

Lei n.º 31/2026 de 14 de julho

Reforça a resposta social serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade.

Emitente: Assembleia da República

Decreto-Lei n.º 143/2026 de 16 de julho

Aprova a orgânica do INEM — Autoridade Nacional de Emergência Médica, I. P.

Emitente: Presidência do Conselho de Ministros

Portaria n.º 297/2026/1 de 16 de julho

Adapta o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho aos trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Emitente: Negócios Estrangeiros e Finanças

Decreto-Lei n.º 145/2026 de 17 de julho

Procede à criação da Universidade Técnica do Porto.

Emitente: Presidência do Conselho de Ministros

Decreto-Lei n.º 146/2026 de 17 de julho

Procede à integração da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, criada pelo [Decreto-Lei n.º 374/91](#), de 8 de outubro, na Universidade Nova de Lisboa, mantendo a sua natureza politécnica para todos os demais efeitos legais.

Emitente: Presidência do Conselho de Ministros

Decreto-Lei n.º 148/2026 de 20 de julho

Estabelece os princípios da política de ação social escolar, no âmbito do ensino superior.

Emitente: Presidência do Conselho de Ministros

Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2026/M de 20 de julho

Aprova a orgânica da Direção Regional do Ambiente e Mar.

Emitente: Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo Regional

Resolução da Assembleia da República n.º 196/2026 de 21 de julho

Recomenda ao Governo a aprovação de uma estratégia nacional para a igualdade remuneratória e de oportunidades entre mulheres e homens.

Emitente: Assembleia da República

Resolução da Assembleia da República n.º 197/2026 de 21 de julho

Recomenda ao Governo que valorize os salários e que elimine as discriminações salariais entre homens e mulheres.

Emitente: Assembleia da República

Portaria n.º 306/2026/1 de 22 de julho

Procede à oitava alteração da Portaria n.º 182/2018, de 22 de junho, que regula as condições de trabalho dos trabalhadores administrativos não abrangidos por regulamentação coletiva específica.

Emitente: Finanças, Economia e Coesão Territorial, Justiça, Administração Interna, Educação, Ciência e Inovação, Saúde, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ambiente e Energia, Cultura, Juventude e Desporto e Agricultura e Mar

Decreto Regulamentar n.º 7/2026 de 24 de julho

Adapta aos serviços da administração autárquica o sistema integrado de avaliação do desempenho na Administração Pública.

Emitente: Presidência do Conselho de Ministros

Lei n.º 34/2026 de 27 de julho

Altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e o Regulamento das Custas Processuais.

Emitente: Assembleia da República

Decreto-Lei n.º 152/2026 de 31 de julho

Reestrutura a Direção-Geral do Consumidor e aprova a orgânica da Direção-Geral da Defesa do Consumidor, Comércio e Serviços.

Emitente: Presidência do Conselho de Ministros

MADEIRA

Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2026/M de 23 de julho

Aprova a orgânica do Laboratório Regional de Engenharia Civil.

Emitente:

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo Regional

Decreto Legislativo Regional n.º 13/2026/M de 30 de julho

Procede à segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/2024/M, de 4 de dezembro, que cria o Instituto de Mobilidade e Transportes, IP-RAM.

Emitente: Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 26/2026/M de 30 de julho

Apresenta à Assembleia da República a proposta de lei que estabelece a equiparação da retribuição mínima mensal garantida dos trabalhadores da administração pública central e de instituições e institutos dependentes do Estado, a desempenhar funções nas Regiões Autónomas.

Emitente: Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa



LEGISLAÇÃO

agosto 2026

Lei n.º 41/2026 de 07 de agosto

Assegura em todos os níveis de ensino a acessibilidade dos estudantes com necessidades educativas especiais, alterando a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Emitente: Assembleia da República

Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2026 de 07 de agosto

Designa os membros do conselho de administração da Unidade Local de Saúde de Santo António, E. P. E.

Emitente: Presidência do Conselho de Ministros

Lei n.º 43/2026 de 10 de agosto

Aprova o regime jurídico do programa Voltar a Casa, que visa assegurar respostas sociais para utentes com alta clínica.

Emitente: Assembleia da República

Decreto-Lei n.º 166/2026 de 13 de agosto

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 36/2026, de 27 de julho, cria a prestação social única no âmbito do subsistema de solidariedade.

Emitente: Presidência do Conselho de Ministros

Lei n.º 57/2026 de 24 de agosto

Altera a Lei n.º 33/2025, de 31 de março, que promove os direitos na gravidez, parto e puerpério, e a Lei n.º 15/2014, de 21 de março, que consolida a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde.

Emitente: Assembleia da República

MADEIRA

Decreto Legislativo Regional n.º 14/2026/M

Cria o Estatuto da Pessoa Idosa na Região Autónoma da Madeira.

Emitente: Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

SÉRIE-DITADORES

8 Genghis Khan (Império Mongol, 1206-1227)



Fonte: WIKIPÉDIA

1. Juventude e Origens Familiares

Nascido nas estepes mongóis com o nome de Temüjin, a sua infância foi marcada pela brutalidade e pela luta pela sobrevivência. O seu pai, um chefe tribal, foi envenenado por uma facção rival, deixando a família desamparada e condenada à miséria. Durante a adolescência, Temüjin enfrentou o exílio, a fome e chegou a ser escravizado por um clã inimigo. Mais tarde, o rapto da sua esposa, Börte, forçou-o a formar as suas primeiras alianças militares para a resgatar, transformando o jovem sobrevivente num guerreiro astuto e implacável.

2. Despertar Militar e Ascensão no Exército Colonial

Através de uma combinação de diplomacia tribal, casamentos estratégicos e uma violência calculada, Temüjin conseguiu o que muitos julgavam impossível: unificar as beligerantes e fraturadas tribos nômadas da Mongólia. Ele quebrou a velha ordem aristocrática ao introduzir uma meritocracia radical, onde o mérito militar e a lealdade absoluta valiam mais do que os laços de sangue. A sua capacidade de integrar guerreiros derrotados no seu próprio exército tornou as suas forças imparáveis. Em 1206, a sua liderança foi selada num grande conselho (Kurultai), onde recebeu o título de Genghis Khan ("Soberano Universal"). Sob a sua liderança, nasceu o Império Mongol.

3. Reinado e Campanhas Militares

O seu império expandiu-se com uma velocidade e violência nunca antes vistas na história da humanidade. Sob o seu comando, as hordas mongóis derrubaram as grandes dinastias da China, arrasaram o próspero Império Khwarazmian na Ásia Central (onde hoje se situam o Irão, Usbequistão e Turquemenistão) e avançaram até às franjas da Europa Ocidental. Genghis Khan combinou uma cavalaria arqueira incrivelmente veloz com engenharia de cerco sofisticada (absorvida dos chineses) e táticas avançadas de espionagem e guerra psicológica.

4. O Custo Humano (Milhões de Mortes)

A expansão mongol foi acompanhada por uma devastação humanitária sem precedentes. Historiadores modernos estimam que as campanhas de Genghis Khan e dos seus sucessores resultaram na morte de cerca de **40 milhões de pessoas**, o que equivalia a aproximadamente 10 % da população mundial da época. Cidades inteiras que recusaram render-se, como Nishapur, Samarcanda e Herat, foram completamente arrasadas, e os seus habitantes massacrados ou escravizados.

- **Nishapur:** Fica localizada no nordeste do Irão (na província de Razavi Khorasan). Na época de Genghis Khan, era um dos maiores centros culturais e intelectuais do mundo islâmico. Em 1221, após o genro de Genghis Khan ter sido morto nas suas muralhas, a cidade foi completamente destruída e quase toda a sua população foi executada.
- **Samarcanda:** Fica localizada no sudeste do Usbequistão, no vale do rio Zeravchan. É uma das cidades mais antigas continuamente habitadas da Ásia Central. Era a próspera capital do Império

Khwarazmian quando Genghis Khan a cercou e capturou em 1220, destruindo grande parte das suas fortificações e massacrando a guarnição militar.

- **Herat:** Fica localizada no noroeste do Afeganistão, no vale do rio Hari. Era um ponto estratégico crucial da Rota da Seda. A cidade rendeu-se inicialmente aos mongóis em 1221 e foi poupada, mas após uma revolta da população local contra os governantes mongóis instalados, o exército de Genghis Khan regressou e massacrrou a quase totalidade dos seus habitantes.

A escala da destruição foi tão massiva que provocou um declínio demográfico acentuado em regiões inteiras, destruindo sistemas agrícolas ancestrais e alterando profundamente o mapa genético da Eurásia.

5. Legado Administrativo

Em contraste com a brutalidade no campo de batalha, Genghis Khan demonstrou uma visão de estado pragmática nas terras pacificadas. Instituiu o primeiro código de leis mongol (a Yassa), organizou a primeira rede de correio expresso transcontinental (o Yam) e decretou a liberdade religiosa em todo o território, o que ajudou a conter revoltas locais. Ao proteger a Rota da Seda, permitiu um intercâmbio comercial e cultural inédito entre o Oriente e o Ocidente, criando um período de estabilidade económica conhecido como Pax Mongolica, que durou mesmo após a sua morte em 1227.

Bibliografia

Ratchnevsky, Paul (1991). *Genghis Khan: His Life and Legacy*. Blackwell Publishing

Weatherford, Jack (2004). *Genghis Khan and the Making of the Modern World*. Crown/Archetype

Frankopan, Peter (2015). *The Silk Roads: A New History of the World*. Bloomsbury Publishing. (Excelente para contextualizar o impacto económico e demográfico na Ásia Central)

Sede: Campo Grande, n.º 382 C, 3.º andar D, 1700-097 Lisboa
Telefone: 213 860 055 (3 linhas) **Fax:** 213 860 785
Telemóvel: 961 724 106/961 880 239/963 773 017
Horário de atendimento: 2.ª a 6.ª - 9h00-20h00

Secretariado Regional do Porto:

Rua Fernandes Tomás, 424, 5.º andar, Sala 12, 4000-210 Porto
Telefone/Fax: 222 004 630 **Telemóvel:** 938648672
Horário de atendimento: 2.ª, 4.ª e 6.ª - 10h00-18h00, 3.ª e 5.ª - 11h00-19h00

Secretariado Regional de Coimbra

Avenida Fernão de Magalhães, 676, 3.º andar, Sala 3, 3000-174 Coimbra
Telefone: 239 838 176 **Telemóvel:** 925 783 119 **Fax:** 239 825 186
Horário de atendimento: 2.ª a 6.ª - 14h00-19h00

Secretariado Regional de Viseu

Rua do Gonçálio, 53, Sala 6, 3500-137 Viseu
Telemóvel: 961 879 731

Secretariado Regional da Guarda

Rua Alm. Gago Coutinho, n.º 10, 1.º - Centro Dto. Fte, 6300-Guarda
Telemóvel: 961 724 137

Secretariado Regional de Évora

Alcárcova de Baixo, 54, Sala B, 7000-841 Évora
Telefone/Fax: 266 744 771

Secretariado Regional do Algarve

Telemóvel: 925 494 067/925 494 065

Secretariado Regional dos Açores

acores@ste.pt

Diretora: Lizete Palavras

Periodicidade: Mensal